

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.045 - SP (2018/0304265-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES - SP098709
AGRAVADO : RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON - SP103560
RONALDO VASCONCELOS - SP220344
ALINE DE TOLEDO MARTINS - SP358663

DECISÃO

Trata-se de agravo, nos próprios autos, de EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A, objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fl. 598):

AÇÃO MONITÓRIA - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS - PROVA DOCUMENTAL SUFICIENTE - CLÁUSULA REMUNERATÓRIA "AD EXITUM" INCIDENTE SOBRE "A REDUÇÃO DO DESEMBOLSO FINANCEIRO" DA APELADA - DEVIDAMENTE COMPROVADA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E O ÊXITO DELE DECORRENTE - "QUANTUM" DEVIDO A SER APURADO EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO - VERBAS SUCUMBENCIAIS REDISTRIBUÍDAS - RECURSO PROVI DO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 627/633).

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 709/739).

Com contraminuta (e-STJ fls. 742/762), os autos foram encaminhados a esta Corte.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, além de divergência jurisprudencial, a parte recorrente aponta violação aos artigos 485, VI, 700, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 (e-STJ fls. 657/672).

Aduz ter havido omissões e ausência de fundamentação na decisão

recorrida, relativamente a questões relevantes para o deslinde da causa.

Alega que o "[...] Recorrido apenas anexou contrato de honorários de êxito, entretanto deixou de carrear aos autos cópia da petição inicial para verificar o valor da causa na ação indenizatória, não junta cópia da sentença e nem do acórdão [...]", ou seja, o "[...] Recorrido omitiu cópia das peças da ação indenizatória essenciais à propositura da ação monitória [...]" (e-STJ fl. 660).

Afirma, ainda, que a "[...] ação patrocinada pelo Recorrido foi julgada extinta sem resolução do mérito, é evidente que inexistem honorários de êxito em seu favor [...]" (e-STJ fl. 666).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 682/698).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, no presente caso, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Não assiste razão à agravante.

De início, quanto à alegada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cumpre ressaltar que os embargos de declaração, ainda que opostos para prequestionamento, são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como para sanar erro material, vícios inexistentes na espécie.

Assim, consoante entendimento consolidado desta Corte Superior, não é omissa, contraditória e obscura nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas, adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito. Nesse sentido: EDcl no AgInt nos EAREsp n. 931.889/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 13/8/2019, DJe 20/8/2019; EDcl no AgInt nos EREsp n.

1.330.215/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 26/6/2019, DJe 28/6/2019; AgInt no AREsp n. 904.673/PR, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 29/8/2016; EDcl nos EDcl no REsp n. 1.428.903/PE, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 25/8/2016; AgInt no AREsp n. 1.380.911/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 27/5/2019, DJe 3/6/2019; AgInt no AREsp n. 1.332.857/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 19/8/2019, DJe 22/8/2019; e AgInt no AREsp n. 1.313.520/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 24/6/2019, DJe 27/6/2019.

Desse modo, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos dos acórdãos cujas ementas abaixo transcrevo:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS, COMINAÇÃO DE MULTA E DESFAZIMENTO DE CONSTRUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO NÃO CONFIGURADO. CITAÇÃO VÁLIDA. SÚMULA 07/STJ. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PRELIMINAR REJEITADA. AUTARQUIA ESTADUAL. INTERESSE. REDISTRIBUIÇÃO PARA VARA DE FAZENDA PÚBLICA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA EM RAZÃO DA PESSOA. CITAÇÃO PESSOAL POR OFICIAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE. JULGAMENTO: CPC/15.

[...]

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há falar em violação dos art. 1.022, I e II, 489, II, e 1.013 do CPC/15.

[...]

11. Recurso Especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido. (REsp n. 1.758.748/AM, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/9/2018, DJe 24/9/2018).

AGRAVO INTERNO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, II, 1.013, § 1º, E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. NEGATIVA DE

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL AFASTADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. Não há falar em violação dos arts. 489, II, e § 1º; 1.013, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, emitindo pronunciamento de forma clara e fundamentada.

2. A tutela jurisdicional foi efetivamente prestada, apenas em desconformidade com os interesses da parte recorrente, circunstância que não revela nenhuma irregularidade no julgamento *a quo*.

[...]

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.251.735/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7/6/2018, DJe 14/6/2018).

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do Superior Tribunal de Justiça.

De outra parte, quanto à suposta violação ao artigo 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015, observo que tal dispositivo legal não foi objeto de exame pelo Tribunal local, muito menos foram opostos embargos de declaração para suprir eventual omissão do julgado quanto a tal aspecto, razão pela qual é inviável a análise da matéria pertinente, ante a ausência do requisito do prequestionamento. Incidem, na espécie, portanto, por analogia, os óbices previstos nas Súmulas n. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada*" e "*O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento*", respectivamente. Assim:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. SFH. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. 2. DANOS MATERIAIS E MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO EXECUTÓRIO. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ANÁLISE DE CLÁUSULAS E REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

DESCABIMENTO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 3.FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

3. A ausência de prequestionamento se evidencia quando o conteúdo normativo contido nos dispositivos supostamente violados não foi objeto de debate pelo Tribunal de origem. Hipótese em que incidem os rigores das Súmulas n. 282 e 356/STF.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.274.517/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/5/2019, DJe 16/5/2019).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. INDEVIDA INOVAÇÃO RECURSAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento (Súmulas n. 282 e 356 do STF).

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.271.650/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/5/2019, DJe 20/5/2019).

Além disso, o Tribunal de origem, ao analisar as circunstâncias fáticas e as provas carreadas aos autos, assim entendeu (e-STJ fls. 599/601):

[...]

Trata-se de ação monitória movida por escritório advocatício (Russo, Maruyama, Okada Advogados Associados) contra ex-cliente (Bandeirante Energia S/A), requerendo a incidência de cláusula contratual *ad exitum* referente à defesa empreendida nos autos processuais nº 000.02.010990-3 (583.00.2002.010990-2), junto à 11ª Vara Cível do Foro Central da Capital.

Preliminarmente, o contrato de prestação de serviços de advocacia,

corroborado pela efetiva defesa judicial realizada pelo apelante, consubstancia prova escrita hábil a embasar ação monitória [...]

Pois bem. Conforme contrato de prestação de serviços advocatícios, a remuneração do apelante se dava através de (a) honorários fixos (Cláusula 3.1, fls. 22/23) e, (b) honorários *ad exitum* (Cláusula 3.2, fls. 23). A controvérsia ora posta recai apenas sobre esta última, que dispõe:

"[...] 3.2. Parte variável, correspondente a:

I - 5% (cinco por cento) do valor do êxito obtido por sentença ou por acordo nas ações em que a CONTRATADA obtiver redução no desembolso financeiro a ser feito pela CONTRATANTE; [...]"

A ação ordinária nº 000.02.010990-3 (583.00.2002.010990-2) foi movida pelo Município de Lorena/SP contra a Empresa Bandeirante de Energia S/A (ora apelada), em que alegava ilegalidade no aumento da tarifa de energia elétrica praticada pela ré, requerendo a restituição *"do que indevidamente cobrou, monetariamente atualizado e acrescido de juros legais, moratórios e com pensatórios, além dos ônus processuais devidos pela sucumbência"* (fls. 237).

Patrocinada pelo ora apelante, a ré logrou êxito em primeiro grau de jurisdição, sobrevivendo sentença naqueles autos que julgou improcedente pleito de repetição do indébito do Município de Lorena/SP (fls. 89/93). Interposto recurso, entendeu a E. 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo prejudicado o exame do apelo, acolhendo a tese defensiva de *"ausência de interesse de agir e falta de documentos essenciais para a propositura da ação"* (fls. 122/130).

Conclui-se, portanto, que a CONTRATADA (Russo, Maruyama, Okada Advogados Associados) obteve redução no desembolso financeiro a ser feito pela CONTRATANTE (Bandeirante Energia S/A), consistente na extinção da ação de repetição de indébito nº 000.02.010990-3 (583.00.2002.010990-2), promovida pelo Município de Lorena/SP.

Há clara subsunção entre os fatos narrados e a "Cláusula 3.2.I", constante do "Contrato de Prestação de Serviços de Advocacia" e posteriores instrumentos de prorrogação (fls. 23, 34, 42, 50, 54). Portanto, a r. sentença merece reforma para condenar a apelada a pagar verba honorária *ad exitum* de 5%, incidente sobre o valor que foi cobrado da ré nos autos da ação nº 000.02.010990-3

(583.00.2002.010990-2), que correu perante a 11ª Vara Cível do Foro Central da Capital, montante a ser apurado em liquidação de sentença, observadas aos índices de atualização das tarifas tidas por ilegais durante período de congelamento apontado na inicial.

[...]

Dessa forma, reinterpretar as cláusulas contratuais e, ainda, reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos, para chegar a conclusão distinta, faz incidir, portanto, respectivamente, as Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça. Guardados os devidos contornos fáticos próprios de cada caso, vejam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
1. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. 2. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ, POR AMBAS AS ALÍNEAS DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

2. A revisão das conclusões estaduais quanto aos prejuízos decorrentes da rescisão contratual demandaria, necessariamente, a interpretação de cláusulas do acordo e o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providências vedadas no âmbito do recurso especial, ante os óbices dispostos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.347.639/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/2/2020, DJe 19/2/2020).

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. REINTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE.

[...]

2. Não cabe, em recurso especial, reinterpretação de cláusulas contratuais ou reexame de matéria fático-probatória. Incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.823.251/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 11/2/2020, DJe 18/2/2020).

Por oportuno, a incidência das Súmulas n. 5, 7 e 83 do Superior Tribunal de Justiça impede a análise do dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão recorrido, dada a situação fática do caso, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CANCELAMENTO DE PLANO DE SAÚDE. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. DANO MORAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. LESÃO EXTRAPATRIMONIAL. AUSÊNCIA DE PROVAS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CONHECIMENTO INVIABILIZADO PELA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Esta Corte Superior entende que a lesão extrapatrimonial não decorre de simples inadimplemento contratual, sendo necessária a demonstração de ofensa a direitos da personalidade. Incidência do enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

2. Tendo o Tribunal de origem concluído que não houve a comprovação de prejuízo extrapatrimonial, a desconstituição do acórdão estadual demandaria o revolvimento fático-probatório, providência vedada na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. A incidência dos enunciados n. 7 e 83 da Súmula do STJ impede o conhecimento do recurso interposto tanto pela alínea a quanto pela alínea c do permissivo constitucional.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.304.018/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/4/2019, DJe 23/4/2019 – sem destaques no original).

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMÓVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. RESCISÃO. PARCELAS PAGAS. RETENÇÃO. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM A

JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. PERCENTUAL. REEXAME DO CONTRATO E DOS DEMAIS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem reexame do contrato e dos demais elementos fático-probatórios dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

3. No caso concreto, alterar o percentual de retenção demandaria nova análise do conjunto probatório do feito, vedado em recurso especial.

4. A incidência das Súmulas n. 5, 7 e 83 do STJ obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

5. Incabível o exame de tese não exposta no recurso especial e invocada apenas em momento posterior, pois configura indevida inovação recursal.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.387.976/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/5/2019, DJe 20/5/2019 – sem destaques no original).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo e, ainda, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora